

Oportunidade para uma verdadeira abertura econômica

Saudamos o reconhecimento pelo presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, de que a política econômica que vem sendo posta em prática não proporciona solução adequada para os problemas do País. Langoni reconheceu a necessidade de mudanças urgentes, que deverão ser objeto de resoluções a serem tomadas proximamente pelo governo. A nova política, segundo se informou, deverá orientar-se no sentido de voltar ao padrão que historicamente conseguiu sucesso no País: crescimento do setor privado com estabilidade de preços.

O governo dá, assim, um importante passo para ir de encontro aos anseios gerais da população. Contudo, estamos convictos de que não basta as autoridades reconhecerem a necessidade de imprimir novos rumos ao País. É indispensável, em nosso entender, que o programa a adotar resulte de um amplo diálogo entre o governo e os múltiplos setores da sociedade brasileira, e não nos estamos referindo apenas às diversas

áreas empresariais. E preciso também serem ouvidas as lideranças sindicais, as associações profissionais e outros segmentos da sociedade civil, para que seja delineado um verdadeiro projeto de desenvolvimento econômico-social de ora em diante.

O presidente do Banco Central garantiu que as medidas serão realmente profundas, e não casuísticas ou transitórias, refletindo o "consenso da opinião pública de que é preciso agir". Mas, como ele certamente tem consciência, existe uma vasta gama de opções em aberto sobre como orientar o ajustamento para que possa haver uma retomada da atividade econômica e a ampliação da oferta de emprego.

As autoridades **podem alegar que não existe tempo para uma consulta tão ampla à sociedade** quanto seria desejável e que as diversas propostas, notadamente as partidas do setor empresarial, são conhecidas e oferecem alternativas práticas entre as quais o governo poderá escolher. Essa se-

ria uma alegação válida até certo ponto, pois é notória a urgência de decisões que efetivamente possibilitem afastar o clima recessivo em que o País está envolvido há tanto tempo e que é absolutamente incompatível com a nossa realidade social.

Mas este é apenas um lado da questão. A opinião pública brasileira não está somente convencida de que é preciso agir, e agir com rapidez. Ela também está farta dos "pacotes" salvadores que nos têm sido impostos, sem um mínimo de consulta prévia ou exame pelas áreas diretamente interessadas nas decisões.

E também claramente nítida a percepção pela sociedade brasileira de que as reuniões em conselhos formais não têm permitido a plena explicitação de pontos de vista. Ou melhor, quando essa explicitação ocorre nesses colegiados, ela resulta de nenhum valor, porque os representantes do governo já têm os seus julgamentos firmados e deles não se afastam, aparentemente até por um temor

de que estejam perdendo uma parcela de sua autoridade.

Haveria uma mudança realmente profunda no relacionamento entre a cúpula econômica do governo e a sociedade se o governo revelasse, descendo aos detalhes relevantes, o programa que pretende colocar em prática e que, antes de este ser sancionado, concedesse um tempo razoável para que as proposições fossem discutidas.

O atraso poderia, dessa forma, ser mínimo, inclusive dada a manifesta disposição dos meios de comunicação de facilitar o mais possível o debate. Sem dúvida, se as autoridades considerassem seriamente esse caminho e o trilhassem, a carga de frustrações da sociedade seria consideravelmente menor e o governo teria a grande vantagem de contar com um respaldo semelhante ao que possui, por exemplo, a política de abertura política.

Esta seria a abertura econômica que todos almejamos.